

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1364 | Janeiro de 2016

Governo precisa se mexer para salvar a Petrobrás

Apesar dos bons resultados operacionais alcançados pela Petrobrás no ano passado, com novos recordes de produção, a empresa continua mergulhada em uma grave crise financeira, que só será vencida se o seu acionista majoritário agir para recuperá-la. Desde o primeiro semestre do ano passado, a FUP vem cobrando ações contundentes do governo para reequilibrar o caixa da Petrobrás e retomar os investimentos estratégicos da companhia.

Entre as principais proposições da Pauta pelo Brasil, estão o fechamento do capital da empresa e a liberação de crédito via BNDES e outros bancos públicos. A utilização de fontes alternativas de financiamento, como a CIDE, e a revisão dos contratos de Cessão Onerosa também são alternativas propostas pela FUP. Essa última, inclusive, será tema da próxima reunião do GT Paritário que discute a Pauta pelo Brasil.

Alguns especialistas do setor já admitem o que os petroleiros vêm afirmando há tempos: vender ativos e cortar investimentos não resolvem os problemas da Petrobrás. A saída da crise

passa necessariamente pela intervenção do governo, que é o acionista majoritário da empresa. “Os responsáveis por conduzir a Petrobrás precisam parar de tentar tapar o sol com a peneira e admitir que a situação financeira da companhia dificilmente vai se resolver por um caminho ortodoxo de redução de investimentos, corte de custos e venda de ativos”, afirmou o jornalista econômico Fernando Torres, em artigo no último dia 19, no jornal Valor.

O economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, também declarou recentemente em entrevista ao Jornal do Brasil que é “inteiramente favorável” a um possível investimento de reserva cambial do governo na Petrobrás, uma das propostas defendidas pela FUP na Pauta pelo Brasil. “Caso medidas não sejam tomadas, o efeito em cadeia já começou e pode custar caro ao país”, ressaltou Lessa.

Em entrevista esta semana aos blogueiros, o ex-presidente Lula reafirmou que jamais venderia ativos estratégicos da Petrobrás e lamentou que o governo e a diretoria da empresa estejam atuando de forma contrária.



É o caso do diretor financeiro, Ivan Monteiro, que anunciou ser contra aportes do governo na estatal, mas defendeu a venda de subsidiárias importantes, como a Transpetro. A diretora do E&P, Solange Guedes, é outra que tem total autonomia para atender ao mercado, atropelando com suas decisões até mesmo o presidente da Petrobrás.

“A omissão do governo em relação às medidas que estão sendo implementadas pela

atual gestão não apenas valida a atuação de uma diretoria completamente desvinculada dos interesses do Estado, como permite que o mercado continue determinando os rumos da companhia”, alerta o conselheiro eleito, Deyvid Bacelar, cujo mandato tem sido de intenso enfrentamento ao desmonte da estatal.

É urgente, portanto, que o governo exerça o papel de acionista majoritário da Petrobrás e atue o mais rápi-

do possível para recuperá-la. Vender ativos e cortar investimentos, além de estarem na contramão da soberania, só fragilizam a empresa e o país nesse momento de crise do capital internacional e de queda dos preços do petróleo. A solução para os problemas de caixa da Petrobrás deve vir do Estado, que é o seu controlador, não do mercado, que continuará fazendo o que sempre fez: sangrar a empresa para forçar a sua privatização.

FUP



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

Aposentados e Pensionistas

Aumento das aposentadorias do INSS será creditado em fevereiro

Para os mais de 22 milhões de aposentados e pensionistas em todo o país que recebem o piso mínimo, a correção que será paga este mês é de 11,67%. O índice representa o acumulado do INPC de 2015, acrescido de 0,1% do PIB de 2014. Os créditos para esse grupo de segurados do INSS vão de 25 de janeiro a 5 de fevereiro.

O piso subiu de R\$ 788 para R\$ 880. De acordo com o governo, o reajuste do salário mínimo representará uma injeção de R\$ 51,5 bilhões na economia brasileira em 2016.

Já os 9,9 milhões de aposentados, pensionistas e segurados do INSS que ganham mais do que um salário mínimo vão receber o pagamento deste mês com aumento de 11,28%. O percentual é baseado no acumulado do INPC do ano passado e calculado pelo IBGE.

As aposentadorias desse grupo de segurados serão creditadas entre os dias 1º e 5 de fevereiro. Este ano, a correção para quem recebe mais do que o piso nacional ficou bem próxima do reajuste do mínimo nacional.

Com o percentual de 11,28%, o teto previdenciário em 2016 subiu de R\$ 4.663,75 para R\$ 5.189,82.

Separação de Massas

Conselho Deliberativo da Petros aprova cisão do Plano Petros do Sistema Petrobrás

A reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Petros do último dia 12 acatou uma antiga reivindicação do movimento sindical petroleiro ao aprovar a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP). A decisão do CD atende as exigências da Previc (órgão regulador da previdência complementar). O processo, que é conhecido pelos participantes e assistidos da Petros como “separação de massas”, já havia sido aprovado pelo Conselho da Fundação em agosto de 2013, porém, ainda aguardava o aval da Previc.

Com a separação de massas, os participantes e assistidos (ativos, aposentados e pensionistas) que aderiram à repactuação serão separados dos participantes e assistidos que não aderiram à repactuação ficando em planos distintos. Desta forma, os repactuados que representam 75% do total de ativos, aposentados e pensionistas do PPSP, passarão para o Plano Petros do Sistema Petrobrás repactuados (PPSP-R). Os não repactuados, aproximadamente 25% do PPSP, ficarão no Plano Petros do Sistema Petrobras não repactuados (PPSP-NR).

Após a cisão, os compromissos do PPSP (passivo) com as duas massas (repactuados e não repactuados) serão separados proporcionalmente assim como o respectivo patrimônio (ativo) do PPSP. Essa proporção será calculada de acordo com as características de cada massa, ou seja, além do número de participantes de cada grupo, também será levado em conta o valor dos seus respectivos benefícios e a expectativa de vida de cada um.

Também foram aprovados os regulamentos dos dois planos (PPSP-R e PPSP-NR). Essa aprovação garante a manutenção da integralidade do regulamento do plano (contrato) antes da repactuação, para os não repactuados e do regulamento do plano após a repactuação, para os repactuados.

Segundo o conselheiro deliberativo eleito pelos participantes e diretor da FUP, Paulo César Martin, a cisão do PPSP é necessária para evitar o chamado subsídio cruzado indevido, entre os repactuados e não repactuados, já que após a repactuação os compromissos e obrigações do PPSP com os dois grupos passaram a ser distintos.

A Cisão do PPSP e a implantação dos dois planos segue agora para aprovação final no MPOG/DEST (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) e na MTPS/PREVIC (Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

Fonte: FUP

Política

Militante dos movimentos sociais toma posse como novo superintendente do trabalho no Paraná



Márcio Pessatti assumiu o comando da SRTE/PR

Tomou posse no último dia 20 o novo superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Paraná, Márcio Pessatti. A cerimônia, que contou com a presença de lideranças e autoridades locais e nacionais, dirigentes sindicais, empresários da região, trabalhadoras e trabalhadores do estado e um público de aproximadamente 500 pessoas, ocorreu no auditório da Sede dos Correios, em Curitiba.

Márcio Pessatti assume a gestão da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PR) destacando com prioridade a manutenção do diálogo com a sociedade civil. “Nosso propósito é o de manter uma gestão democrática, participativa e transparente, com destaque para o diálogo com todos os atores sociais. Também queremos reforçar as ações, visando construir uma pauta voltada ao combate ao trabalho escravo e ao fortalecimento das relações de gênero e com a juventude”, enfatizou.

O ministro do Trabalho e Emprego, Miguel Rossetto, participou da solenidade e ressaltou que o novo superintendente destaca-se pela liderança, responsabilidade e trajetória. “A ideia de uma gestão participativa é uma decisão estratégica que queremos estimular. Gestão esta que possa trabalhar em rede com todas as estruturas conveniadas e potencializar todos os programas e ações do Ministério do Trabalho e Previdência Social”, explicou o ministro.

Trajatória – Márcio Pessatti é graduado em História e Artes Cênicas. Tem uma trajetória de engajamento em movimentos sindicais e sociais e de articulação na área cultural. Foi assessor parlamentar e chefe de gabinete da Prefeitura da Lapa. “Não vou esquecer meu passado e minhas origens na luta em defesa dos trabalhadores”, destacou.

SRTE/PR - A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná é composta por 17 Agências Regionais do Trabalho e Emprego (ARTE's) e cinco Gerências Regionais do Trabalho e Emprego (GRTE's). Seu quadro institucional é composto por 248 servidores em atividade.

Com informações do MTE

Nota Oficial

O Xisto tem que continuar!

A informação de que foi criado um Grupo de Estudo na Petrobrás para avaliar a viabilidade econômica da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) causou alvoroço entre os trabalhadores e a sociedade são-mateuense diante do temor de encerramento das atividades.

A conjuntura do setor petrolífero, com o barril sendo negociado no mercado internacional abaixo dos US\$ 30, confirma o risco, mas na verdade ele sempre existiu pelo fato de a Usina do Xisto ser um projeto estratégico e de pesquisa avançada, ou seja, atua em uma área que vislumbra mais o desenvolvimento de tecnologias do que o retorno econômico.

Em uma visão estritamente imediatista, financeira e mercadológica, a SIX não está sendo rentável no cenário atual, mas pode recuperar a sua lucratividade com uma leve retomada do preço do barril. No entanto, por ser um projeto estratégico, não pode ficar à mercê da instabilidade do mercado financeiro. A Usina do Xisto é um centro avançado de pesquisa na área de refino, onde são desenvolvidos vários projetos em conjunto com o centro de pesquisa da Petrobrás (Cenpes) e universidades. O parque tecnológico da SIX é o maior da América Latina e um dos maiores do mundo em plantas-piloto, composto por 15 unidades criadas para atender as necessidades dos variados processos de refino.

A partir da notícia do Grupo de Estudos, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina buscou mais informações junto ao representante dos trabalhadores no

Organização por Local de Trabalho

Sindicato setoriza o Bate-Papo Sindical do HA/Repar

Com o propósito de melhorar a dinâmica e aprofundar o debate sobre a pauta local de reivindicações, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina, atendendo a sugestões dos petroleiros, resolveu dividir os setores do Horário Administrativo (HA) da Repar no Bate-Papo Sindical.

Na atividade do dia 13 de janeiro foi discutida a setorização e chegou-se à conclusão de dividir o Bate-Papo do HA em três grupos (*confira abaixo*).

Além da divisão em grupos, outra mudança no Bate-Papo do HA foi a data da atividade, que passa a ser sempre às quartas-feiras, às 12h15, no Clube dos Empregados da Petrobrás (CEPE). A atividade será em forma de revezamento, ou seja, a cada quarta-feira um grupo de setores do HA participa do Bate-Papo Sindical.

Grupo A – Otimização/Qualidade de Produção (OT/QP); Produção/Transferência e Estocagem (PR/TE); Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); e Transpetro.

Grupo B – Manutenção Industrial/Elétrica e Instrumentação (MI/EI), Inspeção de Equipamentos (IE), Manutenção Industrial/Equipamentos Estáticos (MI/EE), Manutenção Industrial/Equipamentos Dinâmicos (MI/ED), Manutenção Industrial/Planejamento de Manutenção (MI/PM).

Grupo C – Suporte Operacional (SOP), Planejamento e Controladoria (PC), Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC), Engenharia (EN), Otimização (OT), Segurança Patrimonial, Compartilhado, Contabilidade, Finanças, Tributário, Comunicação, Recursos Humanos (RH), Comercialização (CM) e Ouvidoria.

Conselho de Administração da Petrobrás, à diretoria executiva da empresa e à diretoria de abastecimento. A resposta que veio de todas essas instâncias da estatal é de que não há posição oficial, tampouco conclusiva. Contudo, isso não representa menos preocupação. O Sindicato se mantém atento e vai buscar o diálogo sobre o caso diretamente com a direção executiva da Petrobrás. A manutenção das atividades da SIX será defendida a partir da grande conquista da greve de novembro passado, que foi o reconhecimento da Pauta pelo Brasil, a qual prioriza o futuro da Petrobrás enquanto empresa estatal estratégica para a soberania energética brasileira, em contraponto ao aspecto financeiro imediatista e meramente mercadológico.

A luta em defesa da SIX deve ter os trabalhadores próprios e terceirizados e a sociedade são-mateuense como protagonistas. A mobilização de todos é a nossa principal arma nesta batalha. O que preocupa o Sindicato é o oportunismo que apareceu neste momento. Políticos, alguns inclusive vinculados a partidos que pregam a privatização da Petrobrás, apareceram para tentar implantar o caos em torno desta questão para depois pousarem de salvadores da pátria. Ano eleitoral tem dessas coisas. Fato é que até agora não existe posição oficial, mas o Sindipetro está vigilante e atuante com relação às ameaças contra o Projeto SIX. A luta está em nossas mãos, trabalhadores e sociedade organizada.

Repar

Veículos arrombados no PV-5 geram insegurança

No dia 15 de janeiro, cinco veículos foram arrombados no estacionamento próximo ao PV-5 da Repar, todos pertencem a trabalhadores terceirizados. Os ladrões levaram o estepe de todos os carros e os pertences deixados no interior.

A ação pareceu ser orquestrada por uma quadrilha, pois no mesmo dia outros dois estacionamentos de Araucária registraram furtos em veículos, inclusive no supermercado Condor.

Os arrombamentos causaram sensação de insegurança nos trabalhadores, sobretudo os terceirizados, que temem por novos furtos. O Sindicato vai levar o caso para ser tratado como pauta local com a gestão da Repar e cobrar a implantação de medidas segurança para solucionar o problema de uma vez por todas, tendo em vista que já ocorreram outros furtos e as ações tomadas não foram adequadas.

Fica também o alerta aos trabalhadores para não deixarem pertences de valor dentro dos carros. O risco, infelizmente, existe e deve ser minimizado de todas as formas.



Conquistas sindicais

Benefícios educacionais são conquistas históricas dos trabalhadores da Petrobrás



Os benefícios sobre educação no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) são exemplos de conquistas que evoluíram ao longo do tempo, fruto da luta sindical. O primeiro registro foi a concessão do auxílio-creche para empregadas da Petrobrás, constante no ACT de 1983. Até 1994, os avanços foram tímidos, com inclusão de pais solteiros ou viúvos com guarda de filhos e o estabelecimento de um programa de assistência pré-escolar em substituição ao auxílio-creche, conforme opção do trabalhador.

Em 1998, a FUP e os sindicatos conquistaram um programa de complementação educacional que tinha o objetivo de dar oportunidade de ascensão na carreira aos empregados em cargos de nível médio que não preenchiam os pré-requisitos de escolaridade previstos no antigo Plano de Classificação e Avaliação de Cargos.

A partir de 2002 as cláusulas do ACT relacionadas à educação passaram a ter progressos significativos. Naquele ano foi criado o auxílio ensino fundamental, que reembolsava 70% das despesas escolares para empregados com filhos.

Já no ACT seguinte (2003/2004) o benefício foi ampliado do ensino fundamental para o ensino médio, com reembolso das despesas de 70% e 65%, respectivamente. Em caso de dependentes matriculados em escola pública, a companhia concordou em fazer reembolsos semestrais dos gastos com material escolar e uniforme. Outras conquistas daquele ACT foram o aumento do reembolso do programa de assistência pré-escolar para 85% das despesas comprovadas e a inclusão de reembolso de 80% para cursos técnicos complementares no programa de complementação educacional.

Um ano mais tarde, a Petrobrás iniciou uma política de firmar convênios com instituições de ensino e a Universidade Corporativa ou suas Unidades, com prioridade ao ensino superior, para oferecer descontos aos trabalhadores.

No Acordo Coletivo de 2007, a categoria conquistou a elevação do reembolso dos ensinos fundamental e médio para 75% e 70%, respectivamente, das despesas com matrículas e mensalidades dos dependentes dos trabalhadores. O reembolso do programa de assistência pré-escolar passou de 85% para 90%. No entanto, a grande conquista do ACT 2007/2009 foi a implantação de um Grupo de Trabalho paritário, formado pela Petrobrás e FUP, que teve o objetivo de estruturar um programa de fomento à formação de nível superior para seus empregados e dependentes.

As conquistas em torno dos benefícios na área da educação avançaram ainda mais no ACT 2009/2011 com a inclusão do programa jovem universitário, voltado ao incentivo à formação acadêmica de dependentes dos empregados com idade de até 24 anos que ainda não tenham cursado o nível superior. O incentivo foi definido em 30% das despesas comprovadas com a universidade. No caso de instituição particular, em forma de

reembolso de matrícula e mensalidades. Já em universidade pública, o reembolso ocorre semestralmente e inclui gastos com materiais e livros.

Por fim, no Acordo Coletivo 2011/2013 o programa jovem universitário teve o reembolso das despesas com as instituições de ensino superior reajustado para 60%. Todos os benefícios foram mantidos nos ACT seguintes: 2013/2015 e 2015/2017.

conquistas

A partir de 2002 as cláusulas do ACT relacionadas à educação passaram a ter progressos significativos, com implantação dos auxílios dos ensinos fundamental e médio, além do Programa Jovem Universitário.

